


**NOS BASTIDORES DA LIMPEZA: MEMÓRIAS E ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES  
TERCEIRIZADAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.046-011>

**Karin Tyeko Anami Reigoza**

Mestra em Ensino

Instituição Acadêmica - IFC

E-mail: [tyekoanami@gmail.com](mailto:tyekoanami@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8855757835725575>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6130-1072>

**RESUMO**

O estudo teve como objetivo compreender como mulheres terceirizadas da limpeza em instituições de ensino superior constroem sentidos acerca da educação, das suas trajetórias escolares e o próprio direito de aprender, a partir de memórias e experiências de vida, evidenciando processos de invisibilidade social e educacional que atravessam gênero, raça e classe. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de produções acadêmicas sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), terceirização e trabalho feminino, articulada a referenciais teóricos críticos, como Paulo Freire, Karl Marx, Silvia Federici e Pierre Bourdieu, além da análise de narrativas e estudos empíricos que exploram experiências de trabalhadoras terceirizadas em diferentes universidades brasileiras. Os resultados evidenciaram que essas mulheres, majoritariamente negras e com trajetórias marcadas por interrupções escolares, enfrentam condições de trabalho precarizadas, jornadas exaustivas e dupla ou tripla carga laboral, fatores que dificultam o acesso e a permanência na educação formal, ao mesmo tempo em que reforçam sua invisibilidade no espaço acadêmico, onde são reconhecidas apenas como prestadoras de serviço e não como sujeitos educacionais. Observou-se ainda que, apesar dessas adversidades, persistem desejos de retomada dos estudos e estratégias de resistência, indicando a centralidade da educação como possibilidade de transformação social e projeção de futuro. Conclui-se que as instituições de ensino reproduzem contradições ao defenderem a democratização do acesso enquanto excluem simbolicamente essas trabalhadoras, sendo necessário repensar políticas institucionais e públicas que garantam condições reais de acesso à educação, valorização do trabalho e reconhecimento dessas mulheres como sujeitos de direito, contribuindo para a superação das desigualdades estruturais que sustentam sua invisibilidade.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Terceirização; Trabalho feminino; Invisibilidade social.

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição de ensino superior dedicada à produção, transmissão e desenvolvimento do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, formando profissionais e contribuindo para o avanço científico, cultural e social da sociedade. E enquanto espaços dedicados à produção e disseminação do conhecimento, carregam contradições em suas dinâmicas e culturas internalizadas.

Muito embora seus discursos e documentos institucionais defendam a democratização do acesso, a igualdade de oportunidades e a educação como direito universal, essas instituições de ensino falham em não reconhecer seus próprios agentes como sujeitos educacionais legítimos, mantendo a cultura da invisibilidade estrutural em seus bastidores.

Dentre esses grupos silenciados do qual refere-se este estudo, destacam-se, em sua maioria, as mulheres terceirizadas da limpeza, responsáveis pela manutenção essencial da infraestrutura das instituições de ensino, da qual a presença permanece socialmente apagada e desprovida de reconhecimento.

No plano simbólico e cotidiano, a presença dessas mulheres muitas vezes é marcada por uma invisibilidade historicamente associada ao gênero e à raça. E as instituições de ensino reproduzem essa lógica quando naturalizam que essas trabalhadoras estejam presentes apenas nos corredores, nos banheiros e em salas de aula na condição de prestadoras de serviço, e não como potenciais estudantes ou participantes das políticas educacionais que ela própria produz e defende.

Essa contradição evidencia que, mesmo inseridas em um ambiente que se constitui como o lugar privilegiado da educação, essas mulheres não são reconhecidas como destinatárias do direito que ajudam a sustentar e manter diariamente. Freire (1996) já afirmava que o fato da negação ao direito à educação não é apenas uma exclusão formal, mas um processo de desumanização que impede sujeitos de se perceberem como capazes de ler e transformar o mundo. E acerca das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, a negação se torna dupla: institucional, por parte da instituição de ensino, e social, por parte de uma lógica de classe, de raça e gênero que define quais indivíduos são considerados educáveis e quais permanecem à margem.

Esta pesquisa se insere nas narrativas de vida de mulheres terceirizadas da limpeza em instituições de ensino como objetivo central, para assim, compreender como essas trabalhadoras constroem sentidos sobre a educação, a EJA e o próprio direito de aprender, revelando suas trajetórias marcadas por interrupções, retornos, silenciamentos e também de resistências. Ao registrar essas memórias e experiências, pretende-se não apenas preencher uma lacuna acadêmica, mas também contribuir para a afirmação de que essas mulheres são e sempre foram sujeitos educacionais, mesmo quando as instituições de ensino insistem em não reconhecê-las como tais.

No intuito de se familiarizar com o tema e tomando como referência outros autores(as) e pesquisas sobre o assunto, segue uma revisão bibliográfica das plataformas Scielo e Capes, com as seguintes palavras

chaves: “Educação de jovens e adultos” e “Terceirizadas da limpeza”. Foram encontrados 09 (nove) textos que mais se aproximaram com o tema a ser pesquisado: “Mulheres terceirizadas da limpeza em instituições de ensino”. O aporte teórico: pautado em Freire (1967), Marx (1996), Federici (2017), Nogueira (2010), Bourdieu (2020), Mészáros (2002) e Ricardo Antunes (2009).

A tabela abaixo contém os textos descritos com autor, título e ano de publicação.

Tabela 01

Autor(a)	Ano	Título	Publicação
DRESCH, Gabriella Ane, ZANARDINE, Lincoln Renato Vieira e FAUX, Stéphanie	2014	As trabalhadoras da limpeza de uma instituição pública de ensino superior: gênero, terceirização e precarização	UFPR
SANTOS, Reinaldo Batista dos.	2016	A (in)visibilidade dos trabalhadores de limpeza e conservação da Universidade Federal de Alagoas: imagens reveladas histórias reinventadas	(Dissertação) Universidade Federal de Alagoas
BARBOSA, Beatriz Regina; MESQUITA, Tayná Vitória de Lima.	2016	Um olhar sobre a EJA na universidade Estadual de Campinas: um projeto horizontal de educação de jovens e adultos protagonizado por estudantes de graduação e trabalhadores e trabalhadoras em regime de terceirização	Linha Mestra
SILVA, Edson Ferreira da	2018	Universidade Federal: os caminhos da terceirização em uma instituição social	Universidade Federal de Santa Catarina
MARTINS, Daiane de Lourdes	2019	Invisibilidades no âmbito do trabalho de limpeza: um estudo em uma instituição Federal de ensino superior	Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade
SOUZA, Jacione Borges de	2019	“Que horas elas voltam?” sentidos da educação para funcionárias terceirizadas do Instituto Federal do RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
DUTRA, Renata Queiroz e COELHO, Ilana Barros	2020	Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular	Direito e Práxis

## NOS BASTIDORES DA LIMPEZA: MEMÓRIAS E ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES TERCEIRIZADAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

CAMPOLI, L.; PEROSA, G. S..	2022	É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp	Cadernos Pagu
CORGOSINHO, Anna Victoria Medeiros.	2023	O trabalho e a invisibilidade dos terceirizados do serviço de limpeza em uma universidade.	(TCC) Universidade Federal de Ouro Preto

Fonte: feito pela autora.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, orientada pela compreensão dos sentidos atribuídos à educação por mulheres terceirizadas da limpeza em instituições de ensino superior, considerando suas trajetórias escolares, experiências de vida e inserção no mundo do trabalho. Parte-se de uma perspectiva crítica que entende a realidade social como atravessada por relações de poder estruturadas por gênero, raça e classe, buscando evidenciar como esses marcadores produzem processos de invisibilidade social e educacional.

Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada em bases de dados como *Scielo* e CAPES, a partir dos descritores “Educação de Jovens e Adultos”, “terceirização” e “trabalho feminino”. Foram selecionados estudos que dialogam diretamente com a temática, compondo um corpus teórico fundamentado em autores como Freire, Marx, Federici e Bourdieu. Essa etapa teve como finalidade mapear produções acadêmicas relevantes e subsidiar a análise crítica do fenômeno investigado, permitindo a construção de um referencial teórico consistente.

Na etapa seguinte, procedeu-se à análise qualitativa dos estudos empíricos selecionados, com base na técnica de análise de conteúdo temática, buscando identificar categorias recorrentes como precarização do trabalho, invisibilidade socioprofissional, trajetórias escolares interrompidas e estratégias de resistência. A interpretação dos dados foi orientada por uma perspectiva crítica e interdisciplinar, articulando os achados empíricos com os referenciais teóricos adotados. Por se tratar de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, não houve necessidade de submissão a comitê de ética, sendo assegurados os princípios de rigor científico, fidedignidade das fontes e integridade analítica.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira análise trata-se de uma dissertação de mestrado de Reinaldo Batista dos Santos intitulada: **“A (in)visibilidade dos trabalhadores de limpeza e conservação da Universidade Federal de Alagoas: imagens reveladas e histórias reinventadas”**. Santos (2016) já inicia em seu texto: “Não raro, nestas instituições de ensino enfatizam-se pesquisas que “extrapolam os muros da Universidade” esquecendo-se, no entanto, da “própria casa” (p.16).

A sua pesquisa investigou a invisibilidade dos trabalhadores terceirizados de limpeza e conservação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) partindo das questões: *“quem são os trabalhadores terceirizados de limpeza e conservação que nos rondam cotidianamente neste espaço universitário? De que modo o cotidiano de uma universidade, mergulhado em práticas letradas, afeta subjetivamente a(s) memória(s) de vida desses praticantes subalternizados?”*

Santos(2016) argumentou que esses trabalhadores terceirizados(as), apesar de circularem diariamente pelo campus em contato com intelectuais e acervos culturais, permanecem opacos e silenciados, ocupando posições de subalternidade definidas por relações de poder e saber.

Metodologicamente, o autor realizou um mapeamento inicial com 35 trabalhadores(as), homens e mulheres com trajetórias de vida marcadas pela exclusão escolar, pela marginalização e negação aos bens de consumo. Santos(2016) utilizou de uma aproximação via conversas informais e solicitou que os trabalhadores(as) tirassem fotografias que serviram para iniciar diálogos reveladores de memórias e narrativas.

Ler uma fotografia é lançar um olhar atento àquilo que a constitui como linguagem visual, com as especificidades que lhe são próprias. E isso produz uma reflexão que a cada imagem registrada em uma fotografia é um gesto, uma ação dirigida para um alvo. Gestos são irreversíveis e únicos. Repetir um gesto já é outro gesto, nunca igual, pois o gesto é energia viva (Santaella, 2012).

Os capítulos da dissertação exploraram as narrativas dos terceirizados(as) da limpeza na Universidade Federal de Alagoas, com nomes fictícios escolhidos da cultura tupi-guarani. As análises pautaram em histórias individuais como as de Ubirajara (senhor da lida, com memórias de trabalho em centro cirúrgico), Abayomi (fuga em redes de conversa e lazer), Araci (reinvenção cotidiana via fotos), Caet (passado carregado de memórias rurais), Mara (força feminina) e Tainara (a estrela expressiva).

As fotografias, legendadas pelos próprios trabalhadores, revelaram experiências de exclusão escolar, desejos de retorno aos estudos e apropriação dos espaços acadêmicos inseridos na instituição de ensino. O autor concluiu que os trabalhadores terceirizados, por meio de suas narrativas memoriais, recriaram o passado ao mesmo tempo em que vislumbraram projeções para o futuro.

Freire (1967) já afirmava que é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, que se vai dominando a realidade, é isso significa relacionar-se à formação do trabalhador(a), que, por narrativas e pelo trabalho recria sua realidade social e projeta futuro, na tentativa inserção no mundo.

Nesse sentido, compreender a Educação de Jovens e Adultos como espaço de formação crítica e de reconstrução da realidade social implica observar experiências concretas que materializam esses princípios na prática educativa. É nessa perspectiva que se insere o segundo texto, intitulado **“Um olhar sobre a EJA na Universidade Estadual de Campinas: um projeto horizontal de educação de jovens e adultos**

**protagonizado por estudantes de graduação e trabalhadores e trabalhadoras em regime de terceirização**”, de autoria de Beatriz Regina Barbosa e Tayná Vitória de Lima Mesquita, que analisa o projeto EJA denominado “Coletivo EJA”, desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), iniciado em 2001 por estudantes do Instituto de Economia e apoiado por ações de extensão universitária.

O “Coletivo EJA” foi voltado para trabalhadores(as) terceirizados de manutenção, limpeza e alimentação, majoritariamente mulheres negras expostas a vulnerabilidades como atrasos salariais, acidentes de trabalho e o racismo estrutural.

De acordo com Federici (2017, p. 37), o capitalismo se desenvolveu explorando diferentes formas de trabalho, tanto o assalariado quanto o escravizado, gerando uma contradição entre a produção de riqueza e o desgaste da força de trabalho dos trabalhadores(as). Nesse processo, as mulheres foram especialmente prejudicadas, pois além de participarem do trabalho produtivo, assumiram o trabalho doméstico e de cuidado, geralmente não remunerado e totalmente invisibilizado.

Barbosa e Mesquita 2016) promoveram no projeto “Coletivo EJA” a alfabetização, a matemática, a acupuntura, o artesanato e a informática durante o horário de almoço, único horário disponível desses trabalhadores(as). Nesse ponto, menciona-se Antunes (2009, p. 172), que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho surge como um ponto de partida essencial, enraizado na experiência do cotidiano, e essa redução possibilita o surgimento de uma vida plena de significado além do âmbito profissional, libertando o trabalhador(a) para atividades criativas, relacionais e pessoais que transcendem a mera sobrevivência produtiva.

(...) a luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho deve estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje, em escala mundial. Lutar pela redução do trabalho visando, no plano mais imediato, minimizar o brutal desemprego estrutural que é consequência da lógica destrutiva do capital e de seu sistema. Reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dos precarizados e dos desempregados (Antunes, 2009, p. 175).

O método utilizado para a análise foi pautado na pedagogia freiriana com temas geradores e horizontalidade. As autoras, estudantes de Pedagogia e Ciências Sociais, destacaram que a composição racial da Unicamp: enquanto 53% da população brasileira é negra, menos de 15% dos discentes o são, contrastando com a maioria negra nos terceirizados, principalmente nas áreas de limpeza e de alimentação.

O projeto problematizou gênero, raça e classe via formações contínuas, combatendo hierarquias acadêmicas e promovendo saraus para visibilizar os trabalhadores(as). No entanto, com a troca da empresa de manutenção e limpeza no processo licitatório, os estudantes (trabalhadores(as) foram remanejados e/ou demitidos resultando na suspensão do projeto de extensão. A iniciativa foi (e continua sendo) revolucionária ao democratizar o acesso educacional em uma universidade como a Unicamp, questionando as terceirizações, a ausência de cotas e o descumprimento de leis como a 10.639/03 (história afro-brasileira)

A descontinuidade do projeto evidencia como as políticas de terceirização impactam diretamente não apenas as condições de trabalho, mas também o acesso e a permanência de trabalhadores(as) em espaços formativos. É nesse contexto que se torna pertinente ampliar o debate acerca da terceirização e seus efeitos estruturais, o que conduz à análise do texto de autoria de Edson Ferreira da Silva, intitulado **“Universidade Federal: os caminhos da terceirização em uma instituição social”, que investiga o processo de expansão da terceirização no serviço público”**

O estudo de Silva (2018) partiu da compreensão de que a terceirização está diretamente vinculada às transformações do mundo do trabalho sob a lógica do capitalismo neoliberal, marcada pela flexibilização das relações trabalhistas, pela redução de custos e pela diminuição da responsabilidade do Estado enquanto empregador.

Segundo Marx (1996, p. 167), como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. Já para Silva (2018), esse modelo altera profundamente as relações institucionais, produzindo diferenciações entre trabalhadores efetivos e terceirizados no interior da universidade. A pesquisa evidenciou que a terceirização impacta não apenas as condições materiais de trabalho, mas também as dimensões simbólicas e sociais dos trabalhadores terceirizados.

Em sua análise, o autor destacou ainda aspectos como a precarização dos vínculos empregatícios, a rotatividade de empresas contratadas (via processo licitatório), a insegurança quanto à manutenção do trabalho e a fragilidade no acesso aos direitos. Nesse cenário, os trabalhadores terceirizados exercem funções essenciais, a exemplo da limpeza, da vigilância e do apoio administrativo, e no entanto, permanecem à margem das políticas institucionais de valorização profissional, o que reforça os processos de invisibilidade e também exclusão no espaço institucional de ensino.

Federici (2022, p. 172), utiliza em seus estudos o termo *“comuns”* que significam as formas coletivas de organizar e compartilhar recursos, relações sociais e modos de vida fora da lógica do mercado e da propriedade privada. Segundo a autora para mudar a universidade é necessário.

(...) construir “comuns do conhecimento”, não basta nos preocuparmos somente com o conteúdo dos currículos e o custo do ensino, ainda que sejam indiscutivelmente cruciais. Precisamos questionar as condições materiais da produção de uma universidade, sua história e sua relação com as comunidades do entorno (Federici, 2022, p. 172).

Em sua conclusão, Silva (2018) argumentou que a terceirização contribuiu (e contribui) para a fragmentação da classe trabalhadora dentro da universidade, aprofundando hierarquias e desigualdades. A

separação entre servidores efetivos e terceirizados compromete o sentimento de pertencimento e enfraquece a construção de vínculos coletivos.

De acordo com Antunes (2009, p.109) a classe-que-vive-do-trabalho engloba os trabalhadores improdutivos (servidores efetivos e terceirizados). Trabalhadores improdutivos são aqueles que atendem as necessidades sociais ou auxiliam o funcionamento das instituições e empresas, contudo, não participam diretamente do processo de geração de mais-valia (que é o lucro produzido pela exploração do trabalho no sistema capitalista).

Os vínculos entre servidores efetivos e trabalhadores(as) terceirizados costumam ser frágeis porque esses grupos ocupam posições diferentes dentro da estrutura institucional e das relações de trabalho. Os servidores efetivos possuem estabilidade, maior reconhecimento institucional e a participação mais direta nas decisões administrativas, enquanto os terceirizados são contratados por empresas intermediárias, via processo licitatório, com menor segurança no emprego, maior rotatividade e menor integração com a equipe.

Para Silva (2018), os “caminhos” da terceirização nas instituições de ensino não se limitam a uma escolha administrativa, mas representam um projeto político e econômico que redefine o papel do Estado e as condições de trabalho no setor público, exigindo uma análise crítica e ações institucionais voltadas à garantia de direitos e à dignidade do trabalho.

Nessa perspectiva, ao compreender a terceirização como parte de um projeto político e econômico que reorganiza as relações de trabalho no setor público, parte-se para a análise do artigo **“Invisibilidade no trabalho de limpeza: um estudo em uma instituição federal de ensino superior”**, de Daiane de Lourdes Martins, que investigou como esse modelo de contratação contribui para a construção da invisibilidade socioprofissional, especialmente entre trabalhadoras terceirizadas da limpeza, evidenciando as desigualdades e as precarizações decorrentes desse processo.

Fundamentado em uma perspectiva socioantropológica, o estudo discutiu como a invisibilidade é produzida nas relações sociais e organizacionais, associada à divisão social do trabalho, ao estigma das ocupações consideradas de “baixo prestígio” e à precarização decorrente da terceirização. Embora a limpeza seja essencial ao funcionamento da estrutura de uma universidade, o trabalho é valorizado enquanto resultado, mas as mulheres terceirizadas da limpeza permanecem socialmente desconsideradas.

A pesquisa utilizou método qualitativo com entrevistas semiestruturadas realizadas com oito trabalhadoras do setor de limpeza. A análise de conteúdo permitiu identificar três unidades de sentido centrais: *o olhar que não vê, o uniforme que invisibiliza e a vassoura e o balde ao invés do livro*. E essas categorias evidenciaram práticas cotidianas de indiferença, tratamento hierarquizado e estigmatização das faxineiras, que muitas vezes são percebidas apenas como *parte da paisagem institucional*. O uso do

uniforme e a associação do trabalho à falta de escolarização reforçam a exclusão simbólica e o sentimento de não pertencimento ao espaço universitário.

Os resultados indicaram que a invisibilidade socioprofissional ultrapassa a dimensão do trabalho em si e se estende às relações sociais mais amplas, legitimando hierarquias e desigualdades dentro da instituição de ensino. As trabalhadoras da limpeza reconheceram a importância social de sua função, mas relataram humilhação e conformismo.

Ao evidenciar as múltiplas formas de invisibilização enfrentadas por mulheres trabalhadoras no ambiente educacional, Martins(2019) reforçou a importância de aprofundar as discussões sobre como essas mulheres percebem e atribuem significado aos processos educativos em suas trajetórias pessoais e profissionais.

É nessa perspectiva que, na sequência desta pesquisa bibliográfica, apresenta-se o artigo **“Que horas elas voltam?: sentidos da educação para funcionárias terceirizadas do Instituto Federal do RN”**, de autoria de Jacione Borges de Souza, no qual a autora analisou os sentidos atribuídos à educação por mulheres trabalhadoras terceirizadas do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Canguaretama, articulando educação, trabalho e gênero.

Souza (2019) parte da constatação de que essas mulheres, em sua maioria com trajetórias escolares interrompidas, associaram a educação tanto a um desejo de ascensão e mudança de vida quanto a uma experiência marcada pelo abandono e a frustração. Segundo a autora, a necessidade de sobrevivência, o ingresso precoce no trabalho e as responsabilidades familiares aparecem como fatores determinantes para a interrupção dos estudos e para o distanciamento da escola.

Mészáros (2002, p. 304-305) destaca que, a vulnerabilidade extrema das mulheres no capitalismo patriarcal, não só pela concentração em empregos precários e mal remunerados — representando 70% da pobreza global —, mas principalmente pelo papel central que desempenham na família tradicional, enfrentam demandas crescentes e irreconciliáveis com as pressões sociais. Essas exigências sobrecarregam as mulheres, tornando impossível conciliá-las sem gerar "disfunções sociais", como instabilidade familiar, que só agrava as desigualdades e perpetua a exploração de gênero interseccionada com a classe.

Já Nogueira (2010, p. 61), afirma que a responsabilidade pelas tarefas domésticas recai majoritariamente sobre as mulheres que também exercem trabalho assalariado na produção capitalista, configurando uma dupla (ou até tripla) jornada de trabalho, com impactos profundos como esgotamento físico e mental. E essa sobrecarga revela uma opressão de gênero enraizada, na qual o lar é naturalizado como domínio feminino, enquanto o mercado explora sua força de trabalho remunerada sem aliviar o ônus não pago pelo cuidado. E assim, perpetua-se uma exploração em duplicidade: a patriarcal e a capitalista, ampliando desigualdades e limitando a autonomia dessas mulheres.

Para o sociólogo Bourdieu (2020, p. 74), a violência simbólica faz com que, mesmo sem intenção consciente, atitudes aparentemente pequenas e até bem-intencionadas acabem reforçando a inferiorização das mulheres, contribuindo para sua exclusão de posições de poder e para a manutenção das desigualdades de gênero,

(...)bem-intencionados (a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das intenções conscientes) realizam atos discriminatórios, excluindo as mulheres, sem nem se colocar a questão, de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos, mercedores de uma palavra de apaziguamento ou de um tapinha na face, ou então, com intenção aparentemente oposta, chamando-as e reduzindo-as, de algum modo, à sua feminilidade, pelo fato de desviar a atenção para seu penteado, ou para tal ou qual traço corporal, ou de usar, para se dirigir a elas, de termos familiares (o nome próprio) ou íntimos ("minha menina", "querida" etc.) mesmo em uma situação "formal" (uma médica diante de seus pacientes), ou outras tantas "escolhas" infinitesimais do inconsciente que, acumulando-se, contribuem para construir a situação diminuída das mulheres e cujos efeitos cumulativos estão registrados nas estatísticas da diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômico e político (Bourdieu, 2020, p. 74).

Souza (2019) utilizou em sua pesquisa, uma abordagem qualitativa e fundamentada na fenomenologia, com entrevistas em grupo focal e o filme "*Que horas ela volta?*"<sup>1</sup> como recurso metodológico para compreender os sentidos vividos pelas participantes. A autora identificou unidades de significação como cansaço, escolha, conformismo, força e confiança, que atravessaram as trajetórias das mulheres pesquisadas. O cansaço físico e emocional decorrente da dupla jornada de trabalho — emprego formal e trabalho doméstico — emerge como elemento principal que dificulta o retorno e a permanência na educação, especialmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nas considerações finais, Souza (2019) destacou que o afastamento da escola não resulta da falta de interesse individual, mas de um conjunto de condições sociais, históricas e de gênero que limitam o acesso e a permanência dessas mulheres nos espaços educacionais. A autora evidenciou que a educação é percebida como importante, porém em segundo plano diante das exigências do trabalho e do cuidado com a família, reforçando papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres. Antunes alerta que,

(...) o capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são, como vimos, uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (Antunes, 2009, p. 109, 110).

---

1 Um filme brasileiro acerca da divisão social complexa e duradoura que retrata barreiras de classe, raça e gênero por meio da dinâmica entre a empregada doméstica Val, sua filha Jéssica e a família de classe média/alta que as emprega, evidenciando como hierarquias estruturais, preconceitos e desigualdades definem as relações interpessoais e os rumos de vida, ao mesmo tempo em que desafia a aceitação passiva de um sistema que mantém a servidão e a exploração.

O estudo de Souza (2019) contribui ao evidenciar, por meio de dados estatísticos, a evasão na EJA e ao destacar a necessidade de políticas públicas integradas que considerem as especificidades das mulheres trabalhadoras terceirizadas.

Nesse mesmo campo de discussão sobre as condições de vida e trabalho dessas mulheres, o artigo **“O trabalho e a invisibilidade dos terceirizados do serviço de limpeza em uma Universidade”**, de Anna Victoria Medeiros Corgosinho, amplia o debate ao analisar a terceirização dos serviços de limpeza da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, enfatizando como a precarização do trabalho se relaciona diretamente com a invisibilidade social dessas trabalhadoras.

O estudo foi fundamentado em referenciais críticos do mundo do trabalho, compreendendo o trabalho como elemento central da identidade humana, que, sob a lógica capitalista neoliberal, passa a ser apropriado e esvaziado de seu caráter dignificante. A terceirização, nesse contexto, manifesta-se como estratégia de redução de custos e flexibilização das relações trabalhistas, ampliando vínculos mais frágeis, e consequentemente gerando mais insegurança jurídica e desvalorização social.

Com base em um estudo de caso qualitativo, realizado com mulheres terceirizadas da limpeza, o trabalho utilizou questionários aplicados *in loco* para traçar o perfil socioeconômico das trabalhadoras e compreender suas condições de trabalho, as relações interpessoais e as percepções sobre a atividade exercida.

Os resultados demonstraram um quadro composto majoritariamente por mulheres negras, com baixa escolaridade e longos históricos de vínculos terceirizados, marcados por rotatividade de empresas, a perda de direitos trabalhistas e ausência de qualificação. Nas condições de trabalho foram incluídas jornadas extensas, esforço físico, falta de treinamento e a exposição frequente a situações de constrangimento e discriminação no ambiente de ensino.

Corroborar-se com Nogueira (2010,p.61), que o sistema capitalista busca constantemente reduzir os custos relacionados à reprodução da força de trabalho, o que resulta na diminuição dos salários da classe trabalhadora como um todo. Esse processo, entretanto, afeta de maneira ainda mais intensa as mulheres, uma vez que sua força de trabalho já se encontra historicamente desvalorizada em razão das relações de poder entre os sexos, especialmente no interior da família patriarcal.

E dessa forma, a mulher passa a ocupar o lugar de uma espécie de “exército de reserva”, sendo incorporada ao mercado de trabalho em condições precárias e com baixa remuneração, o que contribui para a manutenção da exploração capitalista. Assim, a desigualdade de gênero torna-se um elemento funcional ao sistema, permitindo a continuidade da precarização do proletariado em geral e, de modo particular, da mulher trabalhadora.

Corgosinho(2023) concluiu que a terceirização está diretamente associada à precarização do trabalho e à invisibilidade social dessas trabalhadoras, apesar da centralidade de suas atividades para o

funcionamento da universidade. A distinção entre trabalhadores efetivos e terceirizados reforça hierarquias simbólicas, limitando o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica e assim, comprometendo a construção de uma identidade profissional valorizada.

O estudo evidenciou que a precarização do trabalho apresentou marcadores estruturais de gênero, raça e classe — atingindo de forma mais intensa mulheres negras inseridas em ocupações historicamente desvalorizadas — e a importância de refletir sobre os limites da terceirização e seus impactos sociais e humanos.

Nessa mesma direção analítica, o artigo **“É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp”**, de Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa, aprofundou essa discussão ao examinar as trajetórias sociais de auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp, inserindo suas experiências no contexto mais amplo da flexibilização e precarização do trabalho, também a partir dos recortes de gênero e raça.

As autoras apontaram que essas trabalhadoras — majoritariamente mulheres negras, com baixa escolaridade, migrantes e frequentemente chefes de família — percebem o emprego terceirizado, ao mesmo tempo, como uma conquista diante do desemprego, da informalidade e do trabalho doméstico não remunerado. Mas na verdade, o trabalho terceirizado é permeado pela precarização, por baixos salários, pela instabilidade, e pelo desrespeito aos direitos trabalhistas.

Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa reconstruiu as trajetórias de 18 terceirizadas da limpeza por meio de entrevistas, observando o cotidiano de trabalho. Campoli e Serosa (2022) utilizaram oficinas de artesanato, articulando história e sociologia bourdieusiana para evidenciar como classe, gênero e raça ainda moldam as oportunidades. As autoras destacaram padrões comuns: a saída precoce da escola, a entrada ainda na infância em atividades rurais e domésticas, a socialização para o cuidado, e o ingresso na limpeza terceirizada como “a melhor opção possível”.

No plano das condições de trabalho, o artigo descreveu jornadas longas, salários baixos e atrasados, ausência ou falhas em benefícios, falta de materiais e EPIs, assédio moral, vigilância intensa, proibição de circular e de usar as estruturas universitárias, enfraquecendo os vínculos coletivos e afetivos. E mesmo assim, essas mulheres produziram pequenas formas de resistência cotidianas — “jeitinhos”, ritmos próprios de trabalho, uso tático de espaços e pausas — que mitigaram parcialmente a invisibilidade na instituição de ensino.

As autoras concluíram que a terceirização no setor de limpeza reforça a divisão sexual e racial do trabalho e aprofunda desigualdades, empurrando essas trabalhadoras para ocupações desvalorizadas, com quase nenhuma perspectiva de ascensão. Ainda assim, muitas dessas mulheres projetam para seus filhos um futuro “melhor”, ancorado e pautado nos estudos e no acesso ao ensino superior, o que ajuda a compreender a aceitação de condições de trabalho precarizadas.

De acordo com Bourdieu (2020, p.34), a ordem masculina se mantém ao ser naturalizada nas práticas sociais e corporais cotidianas, transformando diferenças biológicas em justificativa e impondo às mulheres, posições, comportamentos e tarefas socialmente inferiores,

(...)inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (conduzir a charrua, por exemplo), assinalando-lhes lugares inferiores (a parte baixa da estrada ou do talude), ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (são elas que carregam o estrume, e, na colheita das azeitonas, são elas que as juntam no chão, com as crianças, enquanto os homens manejam a vara para fazê-las cair das árvores), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais.

Corroborar-se com Campoli e Perosa (2022) que as instituições de ensino assumam a responsabilidade política sobre essa realidade dos trabalhadores(as) terceirizados. E ao reforçar essa responsabilidade política na garantia de direitos e na redução da precarização do trabalho terceirizado, amplia-se o debate sobre o papel dessas instituições na transformação dessa realidade social.

É nessa mesma perspectiva que se insere o artigo **“Eles pensam que a gente é invisível”**: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular, de Renata Queiroz Dutra e Ilana Barros Coelho, que analisou as condições de precarização vivenciadas por mulheres terceirizadas da limpeza na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir da experiência do projeto de extensão “Promotoras Legais Populares e Coletivo Madás”, evidenciando estratégias de resistência e fortalecimento dessas trabalhadoras.

A partir de registros como diários de campo e relatórios produzidos durante o curso, Queiroz e Coelho (2020) investigaram como a terceirização está (ainda é) associada aos processos de exclusão social, sobretudo quando atravessada por marcas de gênero e raça. O projeto teve como objetivo promover a formação em direitos humanos e cidadania, criando um espaço de diálogo e fortalecimento coletivo para essas trabalhadoras, inspirado nos princípios da educação popular e na perspectiva crítica do direito enquanto instrumento de transformação social.

As autoras destacaram que o perfil das trabalhadoras terceirizadas é composto em sua maioria por mulheres negras, mães e com poucas oportunidades de ascensão profissional. São jornadas extenuantes- dupla ou tripla jornada de trabalho- acumulando funções profissionais e domésticas, reforçando a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. O artigo argumentou também como a divisão sexual do trabalho e as heranças históricas do racismo contribuíram para a desvalorização social dessas profissionais sendo frequentemente direcionadas para atividades consideradas subalternas e mal remuneradas.

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (2020, p. 49-50), a dominação simbólica acontece de forma invisível e naturalizada dentro da sociedade, não por imposição direta ou pela consciência racional das pessoas, mas por meio dos modos como elas aprendem a perceber, julgar e agir no mundo. Esses modos fazem parte do chamado *habitus*, ou seja, o conjunto de hábitos, valores e formas de pensar que são adquiridas ao longo da vida nas relações sociais humanas. E desse modo, as pessoas acabam reproduzindo desigualdades sociais, culturais ou de gênero muitas vezes sem perceber, ou seja, essas ideias já estão incorporadas em suas práticas cotidianas como algo natural.

Na pesquisa, Queiroz e Coelho (2020) relataram que a experiência do curso possibilitou que as participantes compartilhassem vivências relacionadas aos atrasos salariais, as ameaças de demissão, as irregularidades trabalhistas e situações de invisibilidade social no ambiente de ensino. O sentimento de desvalorização manifestou-se na falta de reconhecimento de seus nomes próprios, no desrespeito ao trabalho realizado e em episódios de assédio e humilhação, demonstrando como a terceirização afeta não apenas as condições materiais, mas também a dignidade dessas mulheres.

Em sua conclusão, as autoras pontuaram que a formação jurídica popular contribuiu para o fortalecimento da consciência crítica e da organização coletiva das trabalhadoras, possibilitando o reconhecimento de direitos e a importância de desenvolver resistência. Essa iniciativa ampliou a visibilidade dessas trabalhadoras para os processos de emancipação social, ao mesmo tempo em que evidenciaram a necessidade de enfrentamento das estruturas que sustentam a precarização do trabalho.

A análise do último artigo dessa pesquisa bibliográfica: “**As trabalhadoras da limpeza de uma instituição pública de ensino superior: gênero, terceirização e precarização**” de Gabriella Ane Dresch, Lincoln Renato Vieira Zanardine e Stéphanie Faux, apresentou os resultados de uma pesquisa de cunho social realizada com trabalhadoras terceirizadas da limpeza atuantes na Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O estudo foi desenvolvido com método qualitativo a partir da aplicação de questionários com 21 trabalhadoras, com o objetivo de analisar as condições de trabalho, bem como a relação entre gênero, terceirização e precarização do trabalho. Foi percebido por meio do perfil das funcionárias, que a maioria é formada por mulheres adultas, com baixa escolaridade, casadas ou com filhos, e residentes na região metropolitana. Muitas ingressaram na área de limpeza por falta de oportunidades em outras profissões e por já possuírem experiência com atividades domésticas, o que reforça a associação social entre trabalho feminino e tarefas de cuidado e manutenção do lar.

De acordo com Antunes (2009, p. 109), as desigualdades no mundo do trabalho não são determinadas apenas pela classe social, mas também pelo gênero, pois homens e mulheres são educados e preparados de formas diferentes desde a infância, por meio da família e da escola, para ocuparem determinados papéis profissionais e sociais.

E essa construção social cria uma divisão sexual do trabalho, no qual certas atividades são associadas aos homens e outras às mulheres. E o capitalismo se beneficia dessa divisão, utilizando-a para distribuir funções e valorizar o trabalho de maneira desigual, geralmente atribuindo maior prestígio e remuneração às atividades masculinas e desvalorizando o trabalho realizado pelas mulheres.

A pesquisa evidenciou o contraste entre a presença constante dessas trabalhadoras no espaço educacional e sua condição de invisibilidade, marcada pela ausência de participação nas atividades acadêmicas e pela falta de acesso efetivo às oportunidades oferecidas pela instituição.

Os autores mencionaram que a terceirização do trabalho só intensifica a precarização das condições de trabalho, resultando em baixos salários, descontos recorrentes, alta rotatividade e jornadas que se iniciam muito cedo ou se estendem até tarde, o que frequentemente implica longos deslocamentos. E isso significa fragilizar direitos trabalhistas e a instabilidade profissional, contribuindo para o aprofundamento da vulnerabilidade social dessas trabalhadoras.

Na conclusão, os autores destacaram ainda que, apesar das dificuldades, muitas trabalhadoras terceirizadas afirmaram enxergar dignidade na profissão e demonstraram valorização das relações sociais construídas no ambiente de trabalho. Contudo, parte significativa delas manifestou o desejo de mudar de área e voltar aos estudos, revelando a insatisfação com as condições oferecidas. As desigualdades de gênero, somadas à terceirização, mantêm essas mulheres em posições socialmente desvalorizadas, indicando a necessidade de ampliação do debate sobre trabalho feminino e precarização do trabalho.

#### **4 CONCLUSÃO**

As análises dessas pesquisas demonstraram a invisibilidade estrutural que perpassam as mulheres terceirizadas da limpeza nas instituições de ensino, revelando contradições entre discursos institucionais de democratização educacional e práticas excludentes do capitalismo neoliberal, que fragmentam a classe trabalhadora por meio de precarizações e hierarquias de classe, raça e gênero.

Santos (2016) ilustrou isso ao mapear narrativas memoriais de trabalhadores da UFAL, como Ubirajara e Mara, que, apesar de essenciais ao campus, recriaram o passado e projetaram futuros por meio de fotografias e diálogos, ecoando Freire (1967) na ideia de que atos de criação e recriação com a realidade combatem o silenciamento subjetivo.

Da mesma forma, o “Coletivo EJA” da Unicamp de Barbosa e Mesquita (2016) que aflora como resistência horizontal, promovendo alfabetização freiriana para terceirizadas negras durante o horário do almoço, mas perece com as trocas licitatórias, destacando, com Antunes (2009), a necessidade de reduzir jornadas para humanizar o tempo vivido e desafiar a lógica de acumulação que exaure a força de trabalho feminina, como denuncia Federici (2017).

Silva (2018) e Corgosinho (2023) aprofundaram a crítica à terceirização neoliberal, que gera a rotatividade, a perda de direitos e a exclusão simbólica, distinguindo servidores efetivos de terceirizados e enfraquecendo o pertencimento, enquanto Martins (2019) revela, via entrevistas, categorias como "*o olhar que não vê, o uniforme que invisibiliza e a vassoura e o balde ao invés do livro*", naturalizando a indiferença em instituições federais de ensino.

O estudo de Souza (2019), inspirado em "*Que Horas Ela Volta?*", desvelando o cansaço e o conformismo na dupla jornada dessas mulheres no IFRN, onde gênero e sobrevivência frustram o desejo por EJA, perpetuando evasão e opressão patriarcal-capitalista, conforme Nogueira (2010).

Diante dessa temática, questiona-se: por que não modificar as legislações? Corroborar-se com Bourdieu (2020, p. 139):

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua "mão direita", masculina, e sua "mão esquerda", feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Uma alteração da legislação trabalhista brasileira e dos processos licitatórios de contratação de terceirizados(as) deveria instituir uma jornada máxima de 20 ou 30 horas semanais nos contratos de serviços de limpeza. Essa mudança, talvez condicionada à comprovação de matrícula em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou projetos de extensão, liberaria o tempo necessário para os estudos, permitindo que esses trabalhadores e essas trabalhadoras terceirizados(as) se constituam como sujeitos educacionais integrais, fomentando instituições de ensino efetivamente inclusivas e valorizadoras da dignidade do trabalho humano.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho). ISBN 978-85-85934-43-9. E-ISBN 978-85-7559-259-5.

BARBOSA, Beatriz Regina; MESQUITA, Tayn Vitória de Lima. **Um olhar sobre a EJA na Universidade Estadual de Campinas: um projeto horizontal de educação de jovens e adultos protagonizado por estudantes de graduação e trabalhadores e trabalhadoras em regime de terceirização**. Linha Mestra, [s.l.], n. 29, p. 43-47, maio/ago. 2016. DOI: 10.34112/1980-9026a2016n29p43-47

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução

de Maria Helena Kühner. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020

CAMPOLI, L.; PEROSA, G. S.. **É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp**. Cadernos Pagu, n. 65, p. e226515, 2022.

CORGOSINHO, Anna Victoria Medeiros. **O trabalho e a invisibilidade dos terceirizados do serviço de limpeza em uma universidade**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

DRESCH, Gabriella Ane; ZANARDINE, Lincoln Renato Vieira; FAUX, Stéphanie. **As trabalhadoras da limpeza de uma instituição pública de ensino superior: gênero, terceirização e precarização**. Revista Vernáculo, Curitiba, n. 5, p. 106-136, 2014.

DUTRA, R. Q. COELHO, I. B.. **“Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular**. Revista Direito e Práxis, v. 11, n. 4, p. 2359–2385, out. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p. Cadernos de Linguagem e Sociedade.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

MARTINS, Daiane de Lourdes; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício; PEREIRA, Jussara Jéssica. **Invisibilidades no âmbito do trabalho de limpeza: um estudo em uma instituição federal de ensino superior**. Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 6, n. 17, 2019. <https://doi.org/10.25113/farol.v6i17.4131>

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, vol. 1, tomo 1 (= Col. Os Economistas). Trad. R. Barbosa; F.R. Kothe. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MÉSZÁROS, I., **Para Além do Capital**, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. *Aurora*, ano IV, n. 6, ago. 2010. ISSN 1982-8004.

SANTOS, Reinaldo Batista dos. **A invisibilidade dos trabalhadores de limpeza e conservação da Universidade Federal de Alagoas: imagens reveladas e histórias reinventadas**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SANTAELLA, Lúcia. **Leitura de imagens**. Editora Melhoramentos. SP. 2012. p. 184

SOUZA, Jacione Borges de. **“Que horas elas voltam?”: sentidos da educação para funcionárias terceirizadas do Instituto Federal do RN**. Artigo científico, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Canguaretama, 2019.

SILVA, Edson Ferreira da. **Os caminhos da terceirização em uma universidade federal**. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, XVII., 2018, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis:

NOS BASTIDORES DA LIMPEZA: MEMÓRIAS E ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES TERCEIRIZADAS EM  
INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. ISBN: 978-85-68618-05-9.